ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO S.A. Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, às quinze horas, no prédio da Administração do Porto de São Sebastião, na Rua Altino Arantes, 410, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião, conforme assinaturas ao final, contando também com a participação dos Membros da Diretoria Executiva, a saber: Frederico Victor Moreira Bussinger, Sergio Krichanã Rodrigues e Paulo Rogério de Souza Almeida. Abrindo os trabalhos, o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Mauro Guilherme Jardim Arce, agradeceu a presença de todos, observando que considerou muito produtiva a visitação ao Porto de São Sebastião, realizada nesta data às 14 horas, na qual todos tiveram a oportunidade de "in loco" vislumbrar as alternativas propostas pelo Diretor Presidente, Senhor Frederico Victor Moreira Bussinger, relatada na última reunião do Conselho de Administração. Na seqüência, informou que na próxima reunião prevista para 03.12.07 às 10 horas na sede da Companhia, em São Paulo, deverá ser apreciada a ata da reunião do dia 15.10.07. Em prosseguimento, o Senhor Mauro Guilherme Jardim Arce comunicou que no dia 19.10 esteve em conjunto com o Senhor Frederico Bussinger, em reunião com o prefeito de São Sebastião Juan Manoel Pons Garcia, o qual continuou defendendo a transferência da sede da Companhia para o município de São Sebastião, bem como oficializou algumas reivindicações, dentre elas estão: ampliação do porto, nova rodovia (contorno de São Sebastião) e um entreposto de pesca no Bairro de São Francisco, já que os pescadores terão de deixar a área do porto em razão de normas de segurança. Não obstante, considerou positivo o encontro, em que o Senhor Frederico Bussinger fez uma explanação, mostrando a disposição do governo no desenvolvimento do Porto, de forma harmônica com o meio ambiente e o tecido urbano, ratificando que a centralização administrativa na capital é necessária, pois é lá que se concentram as decisões empresariais de comércio exterior. Passando a palavra ao Diretor Presidente da Sociedade, Senhor Frederico Bussinger, baseado no Plano de Negócios apresentado na última reunião, informou que teve vários contatos de operação e arrendamento; reunião com funcionários, na qual os questionou sobre qual impedimento para aumentar a movimentação do porto, que hoje é de 500.000 ton/ano para 1.000.000 ton/ano, provocando maior motivação e confiança dos funcionários. Dessa forma, o Senhor Frederico Bussinger confirmou aos presentes que as metas de curto prazo (até dez/2008) são: i) movimentar 1 milhão de toneladas; e ii) estabelecer o equilíbrio entre receitas e despesas operacionais. Contudo, ressalta, existem algumas dificuldades a serem superadas no curto prazo, dentre as quais destaca o Alfandegamento, existente sob liminar em favor da DERSA, sendo que em 15 de dezembro de 2007 vencerá o prazo previsto do Convênio de Delegação para protocolo da documentação necessária ao início do processo de

alfandegamento pela nova Companhia. Informou, ainda, que em 14/10/2007 foi protocolado o pedido de "redemarcação" da zona primária da Área do Porto Organizado para possibilitar o pleito do futuro alfandegamento; que há cinco recomendações ao Plano de Controle Ambiental, o qual foi elaborado e encaminhado ao IBAMA, visando a obtenção da Licença de Operação – LO. Entretanto, o IBAMA fez algumas requisições e deverão ser elaborados estudos complementares, para caracterização de água e diagnóstico de solo, com o custo estimado de R$ 350.000,00 pelo prazo de 03 meses. Sobre os dois itens acima, o Senhor Thomaz de Aquino Nogueira Neto sugeriu que, desde já, fosse solicitada a prorrogação do prazo para o alfandegamento e também se colocou à disposição para colaborar, por meio da área de Meio Ambiente da DERSA, visando a agilização do licenciamento ambiental. Voltando às ações de curto prazo, o Senhor Frederico Victor Moreira Bussinger explanou sobre o Plano de Segurança (ISPS CODE), com o custo estimado de R$ 2.2 milhões, informando que o plano foi elaborado e aprovado pela CONPORTOS (Comissão Nacional de Segurança Pública Portuária), devendo ser providenciada a transferência dos barcos pesqueiros e a licitação dos equipamentos e serviços, bem como transferir local de escalação dos TPA'S para local fora da área do Porto Organizado. Na seqüência, visando esclarecer algumas dúvidas sobre o Plano de Segurança, o Senhor Paulo Rogério de Souza Almeida, Diretor de Gestão Portuária, informou que após os trágicos eventos de 11/09/01, a Assembléia da Organização Marítima Internacional - IMO, concordou em desenvolver novas medidas relativas à proteção de navios e instalações portuárias. Em dezembro/2002 a 5a. Conferência Diplomática sobre proteção marítima adotou emendas as disposições existentes no SOLAS 74, o qual no capítulo XI-2 dispõe que são aplicáveis a navios e instalações portuárias. É um código internacional que visa a segurança e a proteção de navios e instalações portuários, elaborado pela Organização Marítima Internacional (IMO), pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificado pelo Governo Brasileiro em forma de lei. Retomando, o Senhor Frederico Victor Moreira Bussinger incluiu também no Plano de Ações de Curto Prazo, o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC para movimentação de barrilha. Explicou que a CETESB autuou e multou a Autoridade Portuária por duas vezes e a não adequação tecnológica/operacional poderá levar à interrupção da movimentação das cargas de barrilha. Informou que já foram tomadas algumas providências nas modificações do formato existente, contudo a CETESB ainda as julgou insuficientes, tendo feito novas exigências, as quais serão providenciadas, buscando obter autorização. Em prosseguimento, comentou sobre a intenção de levar o calado ao máximo permitido em cerca de 11 metros (hoje com 8,20m), com isso viabilizar a operação de uma gama maior de navios que freqüentam a costa brasileira, para isso, foi elaborado plano de dragagem e estudo de contenção do enrocamento sob o cais ("cortina"),

com o custo estimado de R$ 2,2 milhões pelo prazo de execução de 90 dias. Outras ações de curto prazo foram elencadas pelo Senhor Frederico Victor Moreira Bussinger, como a Demolição de dois armazéns inservíveis, aumentando a capacidade do cais, com o custo estimado de R$ 150 mil em um prazo de 40 dias; Ampliação da área de Armazenagem, aumentando a capacidade de movimentação do Porto, transferindo "pré-stecking" de veículos para as novas áreas (70.000m²) e, conseqüentemente, disponibilizar áreas já existentes para novas cargas; Pacto Empresarial, explica que desde 2005 não há armazenamento (armazéns de lona) e suas causas principais são o valor cobrado e mão-de-obra não especializada, buscando mudanças nesses fatores serão necessárias discussões e acordos com os Investidores, Sindicatos e Operadores, para atrair novos clientes, fidelizá-los e perenizar sua opção em operar em São Sebastião, inclusive com treinamento do pessoal existente. Na oportunidade, o Conselheiro José Geraldo Siqueira Vantine parabenizou o Senhor Diretor Presidente Frederico Victor Moreira Bussinger pela iniciativa e observou que o sucesso na política empresarial, solucionará um grande obstáculo no caminho existente, que trava o desenvolvimento do Porto. Em prosseguimento, o Senhor Frederico Victor Moreira Bussinger incluiu no rol de ações de curto prazo a Revisão das Tarifas Portuárias, apresentando um estudo simulando os custos de uma operação concreta em São Sebastião comparativamente a outros portos, o "Comparativo de Tarifas Púbicas em Portos da região Sudeste e Sul do Brasil", tendo o Porto de São Sebastião um déficit de 50% de remuneração em comparação ao Porto de Santos, observando que a comparação foi realizada levando-se em conta as bases oferecidas pela operação real, aplicada à situação estrutural mais similar possível, em outros portos, permitindo um resultado mais real e eqüitativo, sendo que uma das alternativas será o de elaborar estudo para o aumento das tarifas e submeter à aprovação da ANTAQ e ao CAP, tendo em vista que a Estrutura Tarifária e Valores de Tarifas atuais vigem desde 1994 e 1996, respectivamente, o que também irá colaborar para diminuir o resultado deficitário atual do Porto de São Sebastião que gira em torno de R$ 300 mil por mês. Em seguida, o Senhor Frederico Victor Moreira Bussinger passou para as Ações de Médio e de Longo Prazos, informando que além das limitações com relação à infra-estrutura a modelagem inicialmente pretendida de Arrendamento Único, pela natureza do Porto, está difícil de concretizar, sendo que até o momento acredita que o caminho será o de se obter seis arrendatários, acreditando na viabilidade da modelagem mais acessível de Condomínio Portuário. Outras ações seriam a implantação de novo cais, com extensão de 250 metros, profundidade de 16 metros, largura de 90 ou 70 metros e ponte de acesso 380,00m. A estratégia em médio prazo é a construção de dois berços (um externo e outro interno), com 250m e eventualmente em uma segunda etapa a implantação de 4

berços (dois externos e dois internos) com 500m. Sendo questionado pela Conselheira Maria Elizabeth Domingues Cechin sobre a intenção na mudança da modelagem que até então é conhecida pelo Governo do Estado como arrendamento único, explicou que não está alterando os planos governamentais, mas sim buscando alternativas que visem concretizar os objetivos propostos. O Conselheiro Thomaz de Aquino Nogueira Neto comentou que a modelagem existente é resultado de estudo antigo, diante do que se conhecia e terá até 2008 para revisão, pois acredita que com os trabalhos e estudos apresentados, como dinamização de cargas, alteração das tarifas, essa visão poderá sofrer grandes adaptações e/ou modificações. O Senhor Frederico Victor Moreira Bussinger informou que na reunião do CODIVAP – Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, realizada no dia 26/10/07, o prefeito de São Sebastião, Juan Manoel Pons Garcia defendeu a construção de um contorno viário da cidade para atender o porto, observando que não adiantará duplicar a Tamoios sem o contorno entre Caraguatatuba e São Sebastião. Nesse momento, tendo em vista o adiantado da hora, o Senhor Presidente do Conselho Mauro Guilherme Jardim Arce sugeriu que os demais assuntos fossem tratados na próxima reunião prevista para o dia 03.12 às 10 horas em São Paulo, o que teve a concordância dos presentes. Finalizando a reunião, o Senhor Presidente do Conselho de Administração, Senhor Mauro Guilherme Jardim Arce franqueou a palavra e não havendo qualquer outro pronunciamento, encerrou os trabalhos, determinando fosse lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos Senhores Conselheiros. São Paulo, 05 de novembro de 2007.

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
Presidente

MARCOS ANTONIO FERNANDES

MARIA ELIZABETH DOMINGUES CECHIN

THOMAZ DE AQUINO NOGUEIRA NETO

2ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 05.11.07

JOSÉ GERALDO SIQUEIRA VANTINE

PAULO CÉSAR RANGEL